

## O AGIR COMUNICATIVO DIRIGIDO POR INTERESSES – INTER-RELAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS<sup>1</sup>

COMMUNICATION ACTION DIRECTED BY INTERESTS - INTER-RELATIONS WITH DIGITAL TECHNOLOGIES

- **Adilson Cristiano Habowski** (UNIVERSIDADE LA SALLE – [adilsonhabowski@hotmail.com](mailto:adilsonhabowski@hotmail.com))
  - **Elaine Conte** (UNIVERSIDADE LA SALLE – [elaine.conte@unilasalle.edu.br](mailto:elaine.conte@unilasalle.edu.br))
  - **Rafael Cezere Celi** (UNIVERSIDADE LA SALLE – [celirafael@yahoo.com.br](mailto:celirafael@yahoo.com.br))

### Resumo:

A dependência tecnológica nesse mundo hiperconectado interfere em várias dimensões da vida humana, como a educação, o trabalho, o lazer, e assim, somos dirigidos por interesses técnicos, práticos ou emancipatórios. Se o agir comunicativo alicerça o aprender de liberdade cooperativa na relação de interdependência com os outros e com as tecnologias digitais, então, precisamos resistir aos padrões circundantes de relações solipsistas e unidimensionais, que negligenciam a autoridade epistêmica da alteridade em nome da receptividade trazida pelo aparato técnico-operativo, que condiciona os sujeitos ao consumismo ingênuo (alienado do mundo). Desta forma, realizamos uma pesquisa hermenêutica com o objetivo de investigar as contribuições de Habermas, que são provocadoras para um novo agir coletivo frente às tecnologias digitais, visto que o debate sobre a potencialidade inspirada na criatividade do agir é uma demanda contemporânea, envolvendo um processo cooperativo de interpretação e de abertura às diferentes formas de aprender o mundo com o outro. Os resultados apontam que as tecnologias digitais podem ser um *médium* para que ocorra o diálogo de intercâmbio com o outro coordenado pela discutibilidade no campo das tensões e contradições com a prática social.

**Palavras-chave:** Conhecimento. Interesse. Tecnologias. Agir comunicativo.

### Abstract:

The technological dependence in this hyperconnected world interferes in various dimensions of human life, such as education, work, leisure, and thus, we are driven by technical interests, practical or emancipatory. If the communicative Act builds the learning of cooperative freedom in the relationship of interdependence with others and with digital technologies, then we need to resist the surrounding patterns of solipsistic and one-dimensional relationships, which overlook the Epistemic authority of Otherness in the name of the receptivity brought by the technical-operative apparatus, which conditions those subject to naive consumerism (alienated from the world). In this way, we conduct a hermeneutics research with the objective of investigating the contributions of Habermas, which are provocative for a new collective act in front of digital technologies, since the debate on the potentiality inspired by the creativity of the Acting is a contemporary demand, involving a cooperative process of interpretation and openness to the different ways of learning the world with one another. The results point out that digital technologies can be a medium for the exchange dialogue to occur with the other coordinated by the discussion in the field of tensions and contradictions with social practice.

**Keywords:** Knowledge. Interest. Technologies. Act communicative.

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido com apoio financeiro da FAPERGS e CNPq.

## 1. Introdução

Ao visualizar as complexidades e adversidades vitais, assim como as comunicações perturbadas pelos imperativos e descontinuidades da (semi/des)informação, observamos que existe uma dissociação abismal entre uma vida que fornece instrumentos cada vez mais eficazes para não esquecermos e não nos isolarmos, mas que gera uma sociedade do cansaço e da impotência, extremamente impessoal, desconfiada, passiva, de monopólio e onipotência das tecnologias digitais. O resultado é a falta de desafios ao reaprender e limitações à construção de referências educativas pela incapacidade de diálogo e pela desorientação coletiva para projetar o futuro com a alteridade. Ao evidenciar esses percursos dialéticos de poder em suas formas democráticas ou opressivas, lançamos a seguinte problematização: quais elementos o agir comunicativo de Habermas oferece para refletirmos sobre as possibilidades de comunicar-nos e reaprender com os outros mediados pelas tecnologias digitais? Adotamos como fio condutor uma abordagem hermenêutica, num processo cooperativo de interpretação, que é voltada para a exploração e a compreensão de textos, discursos e as múltiplas produções humanas. Habermas busca elaborar um procedimento para compreender a realidade social e isso contribui na análise teórico-linguística.

A hermenêutica propõe um modelo processual de interpretação. A interpretação tem início numa pré-compreensão valorativa que estabelece uma relação preliminar entre norma e estado de coisas, abrindo o horizonte para ulteriores relacionamentos. A pré-compreensão, inicialmente difusa, torna-se mais precisa à medida em que, sob sua orientação, a norma e o estado de coisas se constituem ou concretizam reciprocamente. (HABERMAS, 1997, p. 247).

A hermenêutica é a própria fusão de horizontes interpretativos onde as tradições culturais acontecem e se reconhecem mutuamente, propondo-se, justamente, deixar que o outro seja outro, conforme as premissas básicas para o encontro e diálogo. “Na conversação, ambos os lados não contraem essa relação senão na base da reciprocidade. Um concede ao outro o papel performativo do falante apenas sob a reserva de uma troca de papéis, que assegura a ambos a liberdade comunicativa de réplica”. (HABERMAS, 2004, p. 71). Percebe-se, assim, uma hermenêutica com alicerces na linguagem enquanto reconstrução e revisão da ação comunicativa, visando um entendimento recíproco com condições para o fortalecimento da emancipação humana. A ação linguística entre distintos interlocutores abre possibilidades para outros mundos e entendimentos possíveis, atualizando as bases do diálogo em que estão envolvidos e que são pré-estabelecidos, privilegiando a compreensão recíproca em conversações potencialmente diferentes. A dimensão hermenêutica em Habermas (1987, p. 87), está em gerar problematizações e correlações entre intérprete, tradição e razão, pois, “a hermenêutica se ocupa com a interpretação como uma realização excepcional”.

O empenho não violento em busca da liberdade cooperativa através das tecnologias digitais (e do seu progresso ameaçador) pode ocorrer numa perspectiva de busca pela humanização das relações intersubjetivas e por diálogos hermenêuticos de encontro com o diferente das expressões verbais, das ações e das produções vivenciais. Ao propor a

intersubjetividade como base, as contribuições de Habermas são provocadoras para um novo agir coletivo e aprendente frente às tecnologias digitais, na tentativa de superar as tendências monológicas e a brevidade expressiva de falar por aforismos em manuais de informática. Segundo Grondin (1999, p. 216):

A hermenêutica mostra que círculos linguísticos não são fechados monadicamente, mas são porosos, tanto para fora como também para dentro, escreve Habermas. Para fora, porque a linguagem, em princípio, está aberta para tudo o que realmente se pode dizer e entender. [...] Mas, também é aberta para dentro, pois os que agem pela linguagem podem distanciar-se de suas próprias expressões, para interpretá-las, refletir sobre elas, etc.

O encontro com o mundo do outro que é possibilitado pelas tecnologias digitais, torna-se uma relação política de experiência sociocultural, pela exigência de compartilhar conhecimentos e de responsabilizar-se pelos seus próprios discursos, para o desenvolvimento da validade e da veracidade dos saberes justificados e percorridos democraticamente. Com a racionalidade comunicativa de Habermas lançamos um procedimento de interação e uma abordagem performativa de sujeitos capazes de fala e ação, facilitando a transformação das atividades pedagógicas reprodutivas e monológicas por novas compreensões, releituras e reescrita de textos.

## 2. Contextualizando Habermas e o Agir Comunicativo

As reflexões de Habermas revelam um esforço para expor que o paradigma moderno por meio do progresso científico não se realizou, necessitando uma revisão comunicativa, visto que comunicar quer dizer tornar comum (a inteligência teórica e a práxis cotidiana), estabelecer uma ligação entre dois pontos. Nessa investida, não é suficiente renunciar a significação da racionalidade até então justificada, mas buscar a restauração de um discurso intersubjetivo de potência emancipatória, para fornecer subsídios que viabilizem uma leitura crítica do mundo da vida. Habermas compreende que a razão unidimensional consiste na imperfeição dos meios e na confusão dos fins, pois é tomada de modo instrumental e solipsista, argumentando que somente uma racionalidade comunicativa e aprendente poderia superar a perspectiva do sistema informativo do controle total causado pela overdose acrítica de informações. A crítica de fundo de Habermas parte da autocompreensão ocidental definida pela relação dos sujeitos com o mundo de forma imperialista e objetivada nos interesses de ordem cognitivo-instrumental (dominada pelas regras do dinheiro e poder), de uma racionalidade voltada ao êxito, desconsiderando a discussão pública, como condição para o desenvolvimento humano e a reconstrução sociocultural de conhecimentos.

O sujeito dirigido sob o ponto de vista unidimensional da razão técnica provoca, conforme Habermas (2002b, p. 43), a “reificação e funcionalização de formas de vida e de relacionamento”, num entendimento objetivista da ciência e da técnica que monopoliza os processos de formação por interesses de um mundo fixo, neutro e capitalista. Essa conjuntura de poder monológico suscitou críticas a partir da dualidade sujeito-objeto, que desconsidera que todo conhecimento é posto em movimento por interesses (como se pudesse existir uma subjetividade isenta de interesses). Na obra Teoria do Agir

Comunicativo, Habermas desenvolve a tese de uma reconstrução da teoria da sociedade e sua relação com mundo numa perspectiva de corretivo da prática alienada pela reflexão, correspondendo a uma transformação das práticas sociais pelas consequências que o saber opera no real. Nisso, apresenta três finalidades profundamente conexas, sofisticando num conceito de racionalidade que ultrapassa a miragem subjetivista e racionalista, buscando a globalidade das relações humanas frente aos paliativos do ativismo prático ou imperialismos sistêmicos. Com Habermas, traçamos uma mudança de direção rumo ao paradigma da linguagem, cujo intercâmbio analítico entre interlocutores é o exercício emancipatório do conhecimento na práxis social. O saber comunicativo supõe um procedimento de interação e uma abordagem performativa dos sujeitos como agentes capazes de fala e ação, que saibam distinguir entre um discurso esclarecido e a institucionalização política deste discurso. Esse intercâmbio comunicativo precisa estar apoiado na crítica do conhecimento como uma teoria da sociedade, que requer uma significação processual de racionalidade, em que os envolvidos de uma situação argumentativa almejam alcançar o entendimento coletivo, sem dispensar a dúvida, através da tensão comunicativa acerca de algo no mundo subjetivo, objetivo e social.

A partir de um longo processo formativo pautado na crítica, Habermas torna possível uma reconstrução dos saberes, entendendo a linguagem como modo de ação, contradição, paradoxo, dilema formativo da experiência humana, não simplesmente como adaptação unidimensional de uma autoridade alheia. Essa guinada de sentidos epistemológicos da linguagem como forma de expressão e produção de mundo resulta na teoria do agir comunicativo, mediante a consideração da pragmática formal, tornando provável a restauração das condições discursivas do conhecimento possível entre os sujeitos participantes. Habermas (2004, p. 65) demonstra a relevância da linguagem, em razão de que “toda a tradição hermenêutica é atravessada pela tensão entre um particularismo da abertura linguística ao mundo e o universalismo de uma práxis do entendimento mútuo, orientada para as coisas”, passando a entender as coisas, atual ou virtualmente, por meio de uma liberdade cooperativa e de uma utopia social democrática. Nesse sentido, o ser humano é linguagem e por ela é que se resolvem as patologias sociais e as perturbações da comunicação, pois, “o homem pensa, sente, vive unicamente na língua, e é por ela que deve ser formado”. (HABERMAS, 2004, p. 65). No momento em que as dimensões analisadas não são paradigmáticas, mas revelam possibilidades de recriar significados a partir da palavra, asseguramos um acordo entre diferentes sujeitos, que pode ser comunicável. Dessa forma,

(...) as palavras individuais adquirem seu significado a partir do contexto das frases, para cuja constituição elas contribuem; as frases adquirem o seu sentido a partir da composição dos textos, que são construídos com seu auxílio; e os diferentes tipos de texto a partir da articulação da totalidade do vocabulário de uma língua. (HABERMAS, 2004, p. 66).

O sujeito só pode ser compreendido pela linguagem, pois criando palavras os sujeitos se apropriam do mundo e humanizam o que era apenas sensação natural, conferindo significados às dimensões dilemáticas da própria vida, a partir da conversação. Diante da linguagem, o sujeito elabora um conjunto de sentidos que se volta para a percepção de uma pluralidade, que se qualifica na alteridade, através da relação intersubjetiva. Para Coutinho (2002, p. 377), “a relação intersubjetiva é uma atuação recíproca entre sujeitos que

constroem sentidos”. É através do ato pedagógico projetado na intercomunicação que o sujeito é capaz de expressar a singularidade e a pluralidade de percepções, através do discurso e da ação, tendo a sensibilidade e a curiosidade reveladas no processo de (re)interpretação e revelação de sentidos diante da experiência do mundo. Assim sendo, “a realidade [...] é, desde o início, ‘integrada’ a um horizonte de significação a cada vez específico e, como diz Humboldt, ‘apropriada’ pela linguagem própria”. (HABERMAS, 2004, p. 69).

Sabemos que tudo é dinâmico e transitório no campo do conhecimento, por isso a importância dos atos de fala projetarem uma formação metamorfoseante que engloba o entendimento entre os sujeitos para que a conversação faça sentido no mundo da vida. Afinal, “não saberíamos o que significa compreender o significado de uma expressão linguística, caso não soubéssemos como utilizá-la para nos entendermos com alguém sobre algo”. (HABERMAS, 2002, p. 77). Correlacionar um conteúdo a uma expressão é uma função de natureza pedagógica. Nesse sentido, “os atos de fala [...] apontam para um consenso racionalmente motivado sobre o que é dito”. (HABERMAS, 2002, p.77). As diferentes compreensões da realidade surgem do descentramento subjetivo, no sentido de que outros sujeitos possam interpelar e cooperar para um entendimento intersubjetivo sobre algo no mundo.

No discurso, uma visão de mundo deve ser trabalhada pela contradição dos outros de tal modo que os horizontes de sentido de todos os participantes se ampliem [...] graças à progressiva descentração da perspectiva de cada um deles. [...] Cada um pode decidir por si só se quer assumir a atitude expressiva de uma primeira pessoa que exprime suas vivências ou representações, ou a atitude objetivante de uma terceira pessoa que percebe e descreve o mundo circundante. Mas a atitude de um falante para com uma segunda pessoa a quem ele dirige seu proferimento depende de uma atitude complementar do outro, atitude que não se obtém à força. (HABERMAS, 2004, p. 71).

A busca pelo entendimento linguístico do outro e do mundo pode conduzir o sujeito a uma circularidade em relação às culturas e às distintas configurações de vida em sociedade, na qual o outro se encontra. Essa relação mútua lança o sujeito para uma dimensão intersubjetiva que também acontece e origina uma nova metamorfose pela linguagem. Concordamos com Sgró (2007, p. 118) quando diz que “é necessário traçar um modelo de comunicação sem coações, em que a única força possível é a do melhor argumento”. Habermas (2012, p. 248) define o mundo da vida enquanto “horizonte formador de contextos para processos de entendimento”. Tal perspectiva propicia leituras compreensivas de mundo com base no outro, que pode remeter para uma releitura do mundo (inter)subjetivo com a finalidade de um entendimento recíproco. Com base na linguagem o sujeito pode traçar um agir voltado para o entendimento semântico, pragmático e hermenêutico do mundo da vida.

As análises dos modos de utilização da linguagem permitem esclarecer o que significa o fato de um falante, ao realizar um ato de fala padrão, entabular uma relação pragmática: com algo no mundo objetivo (enquanto totalidades das entidades) [...] com algo no mundo social (enquanto totalidade das relações

interpessoais) [...] com algo no mundo subjetivo (enquanto totalidade das vivências). (HABERMAS, 2012, p. 220).

Portanto, Habermas projeta a consolidação do ato de fala de um sujeito quando visa o entendimento que tem por princípio a ação do sujeito - que é linguagem, e a pretensão por um reconhecimento recíproco dos mundos pré-interpretados (mundo objetivo, social e subjetivo). Nessa perspectiva, Habermas (2012, p. 230) afirma que “na prática comunicativa do dia a dia, não pode haver situações completamente novas ou desconhecidas. As situações novas emergem de um mundo da vida que se constrói sobre um estoque de saber cultural com o qual estamos familiarizados”, mas que é necessário a reelaboração dos atos de fala que acontecem cotidianamente. Assim, para os sujeitos, o ato de fala torna-se a dimensão para o entendimento e o agir comunicativo, a condição para uma revisão hermenêutica do mundo social. Portanto, o agir comunicativo, enquanto linguagem social emancipadora se estabelece na dimensão essencial do processo hermenêutico, com base no mundo da vida intersubjetivo, que congrega elementos das diferentes culturas e tradições. Com os atos de fala de um sujeito torna-se possível uma (re)interpretação dos princípios e leis, pois é “a partir do seu mundo da vida comum, os falantes e ouvintes se entendem sobre algo no mundo objetivo, social ou subjetivo”. (HABERMAS, 2012, p. 231). Para Sgró (2007, p. 121),

O mundo da vida é, então um espaço de intercâmbio simbolicamente mediado, de relações cara a cara, sujeito-sujeito, nas quais os homens se reconhecem entre si e interatuam através da linguagem na busca de ‘entendimento’. O ‘entendimento’ é necessário quando uma parte desse horizonte de certezas se torna problemática.

Para Habermas (2009a, p. 304), “a consciência hermenêutica destrói uma autocompreensão objetivista das ciências humanas tradicionais” e a consciência filosófica se apresenta em duas perspectivas. Na primeira perspectiva, “a hermenêutica filosófica deve à arte do compreender e do tornar compreensível a experiência peculiar de que os meios de uma língua natural são por princípio suficientes para esclarecer o sentido de quaisquer contextos simbólicos, por mais estranhos e inacessíveis que eles possam ser inicialmente”. (HABERMAS, 2009a, p. 298). Assim, a experiência hermenêutica coloca em destaque a intersubjetividade da compreensão que é trazida na linguagem e ao mesmo tempo, dirige à consciência a disposição do sujeito falante na interdependência linguística. Na segunda perspectiva, “a hermenêutica filosófica deve à arte do convencimento, por outro lado, a experiência propriamente dita que, em meio à comunicação realizada na linguagem ordinária, não se compartilha apenas algo, mas se formam e se transformam posições orientadoras da ação”. (HABERMAS, 2009a, p. 300). Cumpre destacar que existe um vínculo ambíguo entre a persuasão e o convencimento, sendo necessário enfatizar a função da retórica, pois coloca em evidência a relação do sujeito falante com a sua língua. Portanto, a retórica sugere o vínculo entre a linguagem e a práxis. Habermas (2009a, p. 303) entende que “a hermenêutica reflete sobre experiências fundamentais de um falante comunicativamente competente”, resultado das reflexões pessoais, no sentido de perceber as liberdades e as interdependências no que tange à linguagem.

Todo esse procedimento para a sensibilização linguística visa chegar a um acordo justo que atenda as condições de uma formação na própria ação comunicativa, permitindo pensar os processos de trabalho como necessidades relacionadas à vida e à evolução

humana. Assim, a intercomunicação pode ser obtida através da educação, visto que exige liberdade cooperativa e interdependência, como forma de autorrealização (autodesenvolver-se) mútua. Para Habermas (1982), uma forma de vida esclerosada na abstração tem na aversão ao outro, a experiência da alienação de si mesmo. Para chegarmos a um acordo sobre algo no mundo, é necessário ouvir a voz do outro participante, o que implica não impor ao outro de forma intencional ou coercitiva uma estratégia de ação, que o impeça de aperfeiçoar as próprias deliberações, endereçando também a si mesmo, a crítica ideológica. Ou seja, todo acordo alcançado comunicativamente baseia-se em experiências sociais de liberdade, confiança e reconhecimento mútuo na autorreflexão do saber coletivo.

O objetivo de se conseguir um entendimento é chegar-se a uma concordância que termine na mutualidade intersubjetiva de compreensão recíproca, no conhecimento partilhado, na confiança mútua e na concordância entre os ouvintes. A concordância baseia-se no reconhecimento das quatro pretensões de validade correspondentes: compreensibilidade, verdade, sinceridade e acerto (HABERMAS, 2002a, p. 13).

Toda atitude comunicativa que visa ao entendimento necessitará oferecer pretensões de legitimidade que possam ser justificáveis ao melhoramento de nossas condições de vida. Também, a sua lógica tem o intuito de comunicar algo verdadeiro e incorruptível à medida que observa as normas e valores vigentes, de modo que falante e ouvinte possam se entender mutuamente sem precisar desprezar o argumento do outro. Na incompletude e relatividade do nosso conhecimento, a busca de entendimento é a condição de legitimidade das pretensões, do mesmo modo que a justificação das aspirações apresentadas. Habermas reconstrói, a partir da proposição popperiana (1975), o conceito tríplice de mundo, como forma de julgar, educar e decidir. Assim, temos o mundo objetivo definido a partir do mundo físico ou do estado das coisas existentes; o mundo social ou normativo refere-se às normas sociais e culturais sob as quais atuamos, e o mundo subjetivo se revela na autenticidade e veracidade do mundo interno (estético-expressivo) dos sujeitos. Isso significa que os processos de aprendizagem da humanidade dependem de uma racionalidade global e integradora dos mundos objetivo, social e subjetivo, para viabilizar a difusão do progresso cognitivo de diferentes atos de fala projetados, atos (auto)regulativos de aprendizagem e atos expressivos de percepção e gosto irrevogável.

Conforme Habermas (2002a, p. 47), “a teoria dos atos de fala defende a existência de uma competência de regras comunicativas correspondentes”, que proporciona aos envolvidos o uso de locuções gramaticais capazes de satisfazer as condições à compreensão e à própria emancipação da relação. Essa capacidade apresentaria uma tendência suscetível de crítica e de ser posta em dúvida, considerando o contexto cultural da declaração linguística. Dessa forma, compreendemos que todo o processo de conhecimento é discursivo, sendo habilitados linguisticamente os sujeitos capazes de preencher os pré-requisitos gramaticais de compreensibilidade da linguagem, em termos significativos, reais, denotativos e pessoais. De acordo com Habermas (1982), precisamos tomar cuidado para não nos submetermos à lógica perversa do mercado que no caso dos produtos culturais tende ao nivelamento por baixo e à banalização, especialmente da comunicação.

### 3. O Agir Comunicativo nas tecnologias digitais

De acordo com Habermas (1982, p. 347), “o objetivo cognitivo de processos discursivos de formação da vontade localiza-se no consenso obtido por argumentação, tendo por base a capacidade de generalização de interesses propostos durante o discurso”. Aqui a mudança de enfoque não reside mais na posse e domínio do saber, mas na possibilidade de aprender pela abertura à conversação, que potencializa e emancipa os mundos dos sujeitos, isto é, sob as condições de uma comunicação descomprometida com quaisquer coerções do agir. Nessa dinâmica, os agentes precisam ter possibilidades iguais de expressão de seus conhecimentos, criando novas hipóteses para o desenvolvimento de aprendizagens coletivas e evolutivas. Trata-se de interpretar as situações pungentes num processo interativo, promovendo novas compreensões na análise de argumentos, em que os sujeitos envolvidos assumem uma postura crítico-argumentativa sobre seus próprios conhecimentos. Com isso, Habermas afirma que o agir comunicativo clareia as posições e coordena as interações visando uma emancipação coletiva. Nesse movimento, a comunicação por meio das tecnologias é enfraquecida no mundo hiperconectado e mergulhado em (des)informações, renunciando a possibilidade de um consenso social mínimo, pois as discordâncias são anuladas e deletadas facilmente e um argumento é substituído por outro, de forma irrefletida e inquestionada, gerando um subdesenvolvido sentido comunicativo e pedagógico.

O diálogo com o outro sugere um debate diverso e plural, mesmo que isso envolva riscos e inclusão de diferentes formas hipertextuais de aprendizagem, exigindo a necessidade de aprender com o outro como forma de criação de novos sentidos em um movimento de ações de sentido formativo e reconstrutivo às produções humanas. Tal reconstrução “conjuga a perspectiva de cada um com a perspectiva de todos”, que pode ser constituído em “um discurso ampliado universalmente, no qual todos os possivelmente envolvidos possam participar e tomar posição com argumentos numa postura hipotética em vista das pretensões à validade” (HABERMAS, 1989, p. 299). Nesse viés, Habermas se esforça para superar a relação autonomizada, solitária, instrumental e dominadora (sujeito-objeto), por uma relação intersubjetiva (livre de domínio) com o outro. Nesse agir comunicativo, os envolvidos “não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação”. (HABERMAS, 1984, p. 285-286). O entendimento de Habermas abre horizontes para enfrentar as transformações trazidas pela legitimação das tecnologias digitais e pela reestruturação produtiva dos rumos da sociedade, num viés educacional de contextos diversificados, desenvolvendo um potencial de resistência aos condicionamentos e patologias sociais existentes.

A intersubjetividade é permeada por tensões, servindo como ponto de partida para a constituição do sujeito (falante, participante) e elemento indispensável na tessitura da vida social, que valoriza as diferentes experiências e conecta os sujeitos em uma racionalidade comunicativa processual, global, sem a qual não seria possível o entendimento, a utopia, a mudança de atitude reflexiva. A compulsão repetitiva e movida por interesses particulares desenvolvida de forma auxiliar com fins didáticos na educação gera a tecnificação e massificação de atos de fala locucionários (ilustrado na figura do professor que apenas explica e transmite a matéria) e perlocucionários (de professores que visam convencer por



meio de perguntas e respostas prontas). Os sujeitos só conseguem ultrapassar a subjetividade que incide nos seus interesses particulares, cooperando em um processo que provoque ações solidárias e intersubjetivas, o que lhes permite alargar o horizonte de compreensões pela problematização e reflexão com o outro, como práxis em reconstrução do próprio conhecimento ilimitado.

Posto que as tecnologias digitais nos proporcionem outros horizontes de mundo guiados por interesses técnicos, práticos ou emancipatórios, precisamos nos posicionar diante dessa realidade com o necessário engajamento social e político, especialmente no que tange ao acoplamento que as tecnologias provocam no intercâmbio de visões de mundo multifacetadas, dinâmicas, ambíguas e fascinantes. Assim, se a possibilidade criadora do agir humano habita na linguagem social, nas contradições e tensões discursivas, “no quadro de um processo de entendimento mútuo – virtual ou atual - não há nada que permita decidir *a priori* quem tem de aprender de quem”, pois a construção do conhecimento reclama o desenvolvimento de novas formas de comunicação no ensino, para não reproduzirmos pseudocomunicações de espectadores deslumbrados. (HABERMAS, 2003, p. 43)

Tendencialmente, os sistemas educativos têm assumido a inserção das tecnologias em sala de aula como algo que qualifica os processos de ensino, causando um excesso de informação e especializações disciplinares num tratamento institucionalizado, chegando até a negligenciar as operações interpretativas dos sujeitos. Por isso, surgem críticas aos projetos de aprendizagem virtual assentadas no argumento de que a internet facilmente induz à cópia e à desinformação e subestima a participação democrática, o compromisso relacional e as reflexões sobre a realidade. Na tendência técnica e operacional, as instituições de ensino esquecem que os artefatos funcionam de fora para dentro, armazenam e processam informações, mas ainda não conseguem interpretar e reconstruir conhecimentos em relação dialógica com as diversas formas de vida. A tecnologia não é algo neutro, por isso não pode ficar subtraída de uma discussão pedagógica. Mas se esta suposta prática instrumentalizadora e destituída de significação não existe apenas no mundo virtual e se estende a todos os âmbitos da vida, quando não sabemos transformar e dialogar com os conhecimentos, como atribuir sentidos às tecnologias educativas para potencializar a dimensão relacional e reflexiva com o outro (com suas diferenças e antagonismos)?

Na verdade, a aprendizagem dos processos comunicativos passa também pela abertura às tecnologias, ao diálogo com as diferenças, à crítica e à reconstrução de argumentos, visto que surge como chance de pesquisa e reelaboração de aprendizagens. No agir comunicativo, o saber é o resultado da discussão coletiva que pode atingir um consenso (melhor argumento) extraído de um debate complexo com a sociedade. Nessa direção, a educação tem a responsabilidade de desenvolver a capacidade argumentativa para aprender, formar e formar-se, de modo reflexivo e transformador, seja no que tange ao mundo atual ou virtual. Para que ocorra uma ação dialógica entre os interlocutores que buscam alcançar o consenso de algo no mundo, é necessária a coordenação de ações com a alteridade, com a abertura ao *telos* da linguagem humana, indispensável para a revisão constante dos saberes culturais, implicando em um compromisso constante à democracia e à justiça social.

Tais debates reacendem a necessidade de colocar em questão as interferências do poder (coação) da atualidade manifestada na incapacidade de autorreflexões em uma sociedade do cansaço, que fortalece políticas de poder sem uma crítica da própria sociedade

(desorientada), afastada das questões cotidianas, pelo mundo do consumo e das abstrações que as tecnologias reforçam. A alternativa está na possibilidade de transformar o formal para o sentido cooperativo da formação dos participantes na ação coletiva e na fala, superando as situações desiguais, na recuperação da complexidade humana que amplia o espaço público para melhorar a vida por meio do aprender aventureiro e predisposto à mudança. A capacidade da descentralização da razão por meio dos processos de aprendizagens sociais provocam manifestações e entendimentos rumo à racionalidade que leva à radicalização da linguagem e à emancipação das práticas sociais.

#### 4. Considerações finais

Concluimos que Habermas converge para o reconhecimento humano frente às inovações tecnológicas em conflitos insolúveis, rumo à superação da alienação de tendências solipsistas de instrumentalização, lançando um desafio aos processos de aprendizagem na vida social e mostrando que a racionalidade pode ser reconstruída na aprendizagem solidária e intercomunicativa na educação. Habermas nos oferece, assim, importantes pistas para pensarmos a educação pautada na racionalidade aprendente e reconstrutiva de agir no mundo e com os outros. Nesse sentido, precisamos fornecer subsídios para a (re)elaboração argumentativa do conhecimento frente aos meios tecnológicos para iniciar um diálogo de mudança que corrói a instrumentalização técnica e de poder, quando é empreendida por todos, num contexto relacional, reflexivo, questionador e aberto ao exercício de crítica e reinvenção de um mundo democrático.

É importante pensar sobre as tecnologias quando se pretende facilitar atos de reconstrução pautados no diálogo e na compreensão de sentido dos eventos do mundo, para estimular a curiosidade e os processos de aprendizagem. Torna-se necessário mantermos a vigilância crítica sobre as mudanças tecnológicas que decorrem de novas experiências sociais e do fluxo ininterrupto de informações. O estudo realizado nos revela lacunas nas interfaces das tecnologias digitais, pois não há construção do conhecimento sem a curiosidade que nos move diante do mundo, onde podemos reaprender com os outros como potência criadora de novos sentidos e resistências críticas às condições materiais, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas. Superar os obstáculos ao cumprimento da função pedagógica de melhorar a humanidade por meio da educação exige criar uma tecnologia comunicacional para refletir sobre os interesses técnicos, práticos e sua relação com o processo formativo, para não ser adaptado ou tutelado por uma memória digital sistêmica.

#### 5. Referências

COUTINHO, Maria de Souza. **Racionalidade comunicativa e desenvolvimento humano em Jurgen Habermas**: bases de um pensamento educacional. Lisboa: Colibri, 2002.

GRONDIN, Jean. **Introdução a hermenêutica filosófica**. Trad. de Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **A lógica das ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Para o Uso Pragmático e Ético da Razão Prática**. Texto apresentado na Conferência da USP. São Paulo: USP, 1989.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Dialética e Hermenêutica: Para a Crítica da Hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002. 271 p. (Série Estudos Filosóficos, n. 90).

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social**. Trad. de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SGRÓ, Margarita R. **Educação pós-filosofia da história: racionalidade e emancipação**. São Paulo: Cortez. 2007.